



VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: REPERCUSSÕES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE

FRANCIÉLE STROSSI PEDROLO; CRISTINA KOLOGESKI FRAGA

RESUMO

Este estudo investiga as repercussões da violência sexual de crianças e adolescentes e o papel da equipe multiprofissional no atendimento a essas situações. Justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre os impactos dessa violência e os desafios enfrentados pelos/as profissionais da saúde. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos e documentos institucionais. Os resultados indicam que a violência sexual infantojuvenil está associada a fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas, relações de poder e falhas na rede de proteção, dificultando a denúncia e o acompanhamento desses casos. Além disso, os resultados também evidenciam os desafios da atuação profissional, apontando para a necessidade de capacitação contínua e fortalecimento das redes de proteção. Conclui-se que a qualificação dos/as profissionais e o aprimoramento das políticas públicas são fundamentais para um atendimento mais eficaz, de modo a romper o ciclo da violência.

Palavras-chave: Violência sexual; Infância e adolescência; Atendimento multiprofissional; Sequelas da violência infantojuvenil; Desafios da atuação profissional.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda as repercussões da violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco nas consequências físicas, psicológicas e sociais dessa violência e no papel essencial da equipe multiprofissional de saúde no atendimento a esses casos. Para tanto, utilizou-se da revisão bibliográfica para analisar e sintetizar fontes bibliográficas acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O abuso sexual infanto-juvenil é uma realidade atual e presente no Brasil, conforme aponta o crescente número de notificações de suspeitas de violência sexual de crianças e adolescentes de até 14 anos. Em 2022, constatou-se que 61,4% das vítimas de estupro tinham até 13 anos. Entre o público de até 13 anos atendido, 86% eram meninas e 14% meninos. Os dados também mostraram que, naquele ano, 56,2% dos registros de estupro de vulnerável (até 13 anos) envolviam crianças e adolescentes pretas ou pardas, 43% eram brancas, 0,5% indígenas e 0,3% amarelas. Esses números evidenciaram que a maior parte do público violentado era composta por pessoas autodeclaradas pretas e pardas, refletindo a maior exposição de determinados grupos sociais à vulnerabilidade e à violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Ainda, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), houve também a constatação de um pico de casos de violência sexual de meninas entre 3 e 4 anos, com aumento entre 9 e 13 anos. Já entre os meninos, o maior índice foi registrado aos 4 anos. Esses dados permitiram afirmar que a maior parte das pessoas violentadas eram meninas entre 10 e 13 anos (Idem).

O fato de que meninas entre 10 e 13 anos são as mais expostas ao estupro trouxe à

tona o debate sobre as desigualdades de gênero e os reflexos do patriarcado nesse fenômeno. Saffioti (2004) destaca que o patriarcado é um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, estabelecendo uma estrutura de poder desigual baseada no gênero. Em consequência, muitos agressores têm fácil acesso ao ambiente doméstico das crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, parte das violências sexuais no Brasil são cometidas por familiares, vizinhos e amigos, que possuem contato prévio com a criança ou adolescente (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Isso acaba por facilitar a manipulação, ameaça ou sedução de crianças e adolescentes com promessas ou recompensas, perpetuando o silêncio dessas pessoas violentadas sexualmente.

Este trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa. Nessa perspectiva, a pesquisa se baseia em fontes acadêmicas e institucionais para coletar e organizar informações relevantes sobre o tema, com o objetivo de identificar os impactos da violência sexual infantojuvenil e os desafios dos/as profissionais no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de obras, artigos científicos e documentos institucionais que abordam a temática da violência sexual de crianças e adolescentes. O objetivo dessa metodologia é reunir, analisar e sintetizar discussões e contribuições da literatura acerca das repercussões da violência sexual infantojuvenil, bem como sobre o papel da equipe multiprofissional no atendimento a essa demanda.

Dessa forma, o problema de pesquisa que norteia este estudo é: "Quais são as principais repercussões da violência sexual de crianças e adolescentes e como a equipe multiprofissional atua no atendimento desse público?"

Os descritores utilizados na busca por materiais da literatura foram: "violência sexual infantojuvenil", "consequências do abuso sexual", "violência de gênero", "atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual" e "papel da equipe multiprofissional no atendimento de violência sexual". As buscas foram refinadas por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chave para garantir que os materiais selecionados fossem pertinentes ao objetivo do estudo.

A abordagem adotada para a análise das informações foi qualitativa, permitindo compreender as complexidades das repercussões da violência sexual na infância e adolescência, bem como os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na linha de frente desse atendimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Durante a pesquisa foi identificado que crianças e adolescentes correspondem maioria nos registros de abuso sexual e outras violências domésticas, devido sua vulnerabilidade e dependência (Florentino, 2015). Dessa forma, a vulnerabilidade de crianças e adolescentes é agravada pela relação de poder existente no contexto familiar, onde o agressor muitas vezes ocupa uma posição de confiança ou autoridade.

A dependência emocional e financeira impede que as pessoas em situação de violência, especialmente crianças e adolescentes, denunciem ou compreendam o abuso que sofrem, o que perpetua a violência. Além disso, sabe-se que a percepção de crianças como seres puros e inocentes pode dificultar a identificação dos sinais de abuso e a responsabilização dos agressores (Childhood, 2020).

Devido a essa complexidade, as causas da violência sexual infantojuvenil são diversas,

podendo ser culturais, econômicas e sociais. Dentre os fatores culturais, tem-se o incesto. Este, por ser uma forma de abuso sexual intrafamiliar, muitas vezes envolve uma dinâmica de poder e controle que dificulta ainda mais a denúncia e a interrupção dos atos abusivos. O silêncio em torno desse tipo de violência é mantido não apenas pelo medo das consequências, mas também pela naturalização de comportamentos abusivos em algumas culturas. Florentino (2015), ressalta que essa forma de violência, ao acontecer dentro de casa e ser acobertada por familiares, aumenta o trauma psicológico, pois destrói as bases de confiança e segurança que a família deveria proporcionar. Por isso, o segredo em torno do abuso é um fator central que permite que a violência ocorra sem ser contestada, dificultando a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores (Faleiros, 2001).

Outro aspecto cultural é a pedofilia, conforme apontado por Childhood (2020), é um fenômeno que preocupa amplamente no cenário atual, especialmente com o avanço das tecnologias digitais que facilitam a disseminação de conteúdo abusivo. Embora esta atração sexual por crianças possa não se materializar fisicamente, a produção e o consumo de pornografia infantil representam uma forma grave de violência que explora e objetifica os corpos infantis.

Ainda, a violência contra a criança e o adolescente atinge ambos os sexos e ocorre em todas as classes sociais, geralmente sem nenhuma regra (Florentino, 2015). Por outro lado, dentre os fatores econômicos e sociais, tem-se que os possíveis agressores em potencial são tratados de maneira desigual dependendo de seu perfil socioeconômico, étnico e de gênero, com casos envolvendo homens de classes altas e brancas muitas vezes recebendo menos rigor na aplicação da justiça. Vale ressaltar também que, grande parcela de crianças e adolescentes em situação de violência sexual são meninas de até 14 anos, negras e pardas, pertencentes a classes populares (Childhood, 2020). Essas crianças, devido à sua condição social, estão mais expostas a ambientes de maior vulnerabilidade, onde o acesso a serviços de proteção é mais limitado, e o suporte familiar e institucional é insuficiente.

Outro fator que também contribui para a perpetuação e manutenção do abuso sexual envolve a questão política e jurídica. Sabe-se que a depender da ordem política vigente as leis e normas que deveriam proteger crianças e adolescentes podem ser afetadas, mesmo se de forma negativa. No Brasil, durante o Governo Bolsonaro, por exemplo, as leis e garantias de proteção infantojuvenil foram atacadas e questionadas, principalmente quando envolvia casos de estupro de vulnerável e gravidez decorrente de violência sexual.

Em 2020, durante a gestão do então governo, foi divulgado entre grupos conservadores e apoiadores a informação de que uma menina de 10 anos, grávida em decorrência de estupro, havia solicitado a realização de um aborto legal. Esse direito está previsto no Código Penal brasileiro, que permite o aborto em casos de gravidez resultante de estupro, desde que com o consentimento da gestante ou, se incapaz, de seu representante legal (Brasil, 1940). Em resposta, houve manifestações contrárias à decisão da família, evidenciando o controle social exercido sobre os corpos infantis, especialmente de meninas e mulheres, em questões de saúde reprodutiva.

Um caso semelhante é o Projeto de Lei 1904/2024, conhecido como "PL da Gravidez Infantil", que buscava alterar o Código Penal para criminalizar o aborto após 22 semanas de gestação. Essa proposta foi amplamente criticada por representar mais um ataque inconstitucional destinado a dificultar o acesso de meninas e mulheres aos direitos garantidos, como o aborto em casos de violência sexual. A PL reflete uma perspectiva política moralista e conservadora, que visa restringir o direito ao livre arbítrio sobre seus corpos, em oposição às normativas legais de proteção.

Essas possíveis causas e fatores que contribuem para a permanência do abuso sexual geram consequências, podendo apresentar manifestações tardias ou em curto prazo. Florentino (2015), ressalta que o abuso sexual infantojuvenil pode causar traumas físicos,

psíquicos, sociais, sexuais, entre outros, os quais podem comprometer a vida de pessoas que passaram por determinada violência. Na tabela 1, a seguir, é possível visualizar algumas das principais sequelas da violência sexual de crianças e adolescentes, de acordo com estudos de Florentino (2015) e do Guia de Referência de Childhood (2020).

Tabela 1: Principais sequelas da violência sexual infantojuvenil

Sequelas físicas	Sequelas psíquicas	Sequelas que levam a tendência a sexualização	Sequelas que levam a dependência em substâncias lícitas e ilícitas
-lesões genitais e anais; gestação; ISTs; hematomas	- medo; - isolamento social; - depressão; - ansiedade; - distúrbios na alimentação, sono e aprendizagem; - confusão; - sentimento de rejeição; - ideação suicida; - fobias; - raiva; - transtorno de estresse pós-traumático.	- incapacidade de distinguir sexo do afeto; - compulsivo interesse sexual para provar que são amadas e para se sentirem adequadas; - uso de brinquedos para cunho sexual; - masturbação excessiva.	- uso de drogas para cuidar de sentimentos, esquecer a dor e a baixa autoestima, tornando-se uma dependência química.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Florentino (2015) e do Guia de Referência de Childhood (2020).

Conforme destaca o quadro acima, as principais sequelas da violência sexual infantojuvenil, podem ser: - físicas: como lesões genitais e anais; gestação, ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e hematomas; - sequelas psíquicas: como medo, isolamento social, depressão, ansiedade e outras; - as sequelas que levam a tendência a sexualização: podem ser observadas como a incapacidade de distinguir sexo do afeto, compulsivo interesse sexual para provar que são amadas e para se sentirem adequadas; uso de brinquedos para cunho sexual e masturbação excessiva. Por fim, tem-se sequelas que levam a dependência em substâncias lícitas e ilícitas, como o próprio nome indica, estão relacionadas ao uso de drogas para cuidar de sentimentos, esquecer a dor e a baixa autoestima, tornando-se uma dependência.

Apesar da existência de estudos que demonstrem as consequências do abuso sexual infantojuvenil é fundamental reconhecer a importância de não generalizar essas sequelas, pois elas variam de acordo com o contexto social de cada pessoa violentada. Fatores como a rede de apoio familiar, o acesso a serviços de saúde e assistência, às condições socioeconômicas e até às crenças culturais influenciam diretamente a forma como cada indivíduo lida com as consequências do abuso. Algumas crianças e adolescentes em situação de violência ou pessoas que já sofreram abuso sexual são capazes de demonstrar resiliência para regular os efeitos, enquanto outras enfrentam dificuldades devido à ausência de suporte adequado (Florentino, 2015).

3.2 O PAPEL DA EQUIPE NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Por se tratar de uma temática sensível e que engloba diversos aspectos emocionais e de violências, o abuso sexual infantojuvenil afeta diretamente a vida não só da pessoa violentada, mas também de sua família e dos próprios profissionais da saúde que prestam assistência a

essa demanda. Conforme Conceição *et al.*, (2024), a equipe de profissionais de saúde, ao lidar com crianças e adolescentes em situação de violência sexual, expressam sentimentos intensos de empatia, indignação, medo e consternação, o que reflete o impacto emocional profundo que esse tipo de atendimento pode gerar. Esses sentimentos são frequentemente marcantes e difíceis de lidar, exigindo um suporte psicológico adequado para os/as profissionais

A implicação de alguns desses sentimentos, como o sofrimento intenso e o medo, está diretamente relacionada à falta de preparo e capacitação profissional para prestar acolhimento adequado e acompanhamento em casos de violência sexual infantojuvenil ou mesmo em situações de suspeita. Conceição *et al.*; (2024) destacam que muitos profissionais da saúde enfrentam desafios emocionais profundos ao lidar com essas situações, em grande parte devido à ausência de treinamento especializado que possibilite desenvolver as habilidades necessárias para conduzir essas demandas sensíveis.

Além disso, o estudo de Lopes *et al.*; (2021) ressalta que o déficit de dispositivos que promovam o controle emocional e a segurança no ambiente de trabalho contribui para que o medo e a insegurança sejam sentimentos recorrentes entre os/as profissionais, tornando o atendimento ainda mais difícil. Esses fatores, somados à gravidade das situações, podem prejudicar o desempenho dos/as profissionais e o cuidado com crianças e adolescentes em situação de violência sexual, evidenciando a necessidade de maior investimento em capacitação e suporte emocional para aqueles que atuam na linha de frente no atendimento de violência sexual infantojuvenil.

O estudo de Lopes *et al.*, (2024) também destaca que dentre os sentimentos e emoções gerados entre os/as profissionais da saúde, tem-se a raiva e a revolta, especialmente quando a violência ocorre no interior do domicílio e o agressor é um familiar da criança ou adolescente. No entanto, essa reação emocional pode prejudicar a relação entre o/a profissional, a pessoa violentada e sua família, dificultando a construção de um vínculo de confiança necessário para o acolhimento e o acompanhamento adequado. Assim, a raiva e a revolta podem gerar barreiras emocionais que comprometem a empatia e o cuidado, levando os profissionais a adotarem uma postura mais distanciada e menos acolhedora.

Segundo Conceição *et al.*, (2024), as intervenções dos/as profissionais em casos de violência sexual infantojuvenil necessitam de empatia para a construção de laços que possibilitem estabelecer trocas positivas e benéficas para prestar a assistência necessária diante desses casos. A criação de laços empáticos entre o profissional e a criança ou adolescente facilita a construção de trocas positivas, que não apenas ajudam no processo de recuperação emocional, mas também promovem uma melhor adesão da pessoa violentada ao tratamento e acompanhamento. No entanto, Conceição *et al.*, (2024) também apontam que essa abordagem exige que os próprios profissionais estejam preparados emocionalmente para lidar com a carga emocional desses casos. O exercício da empatia, embora fundamental, pode gerar desgastes psicológicos nos profissionais, tornando crucial a existência de suporte emocional e capacitação contínua para que esses profissionais possam oferecer um atendimento de qualidade sem comprometer sua própria saúde mental.

4 CONCLUSÃO

A violência sexual de crianças e adolescentes é uma questão complexa, cujas repercussões afetam profundamente os aspectos físicos, psicológicos e sociais das pessoas envolvidas. As consequências dessa violência podem se estender por longo período e variam conforme fatores como a rede de apoio e as condições socioeconômicas, tornando essencial a implementação de intervenções adequadas para minimizar os danos.

Nesse sentido, a atuação de uma equipe multiprofissional é fundamental no atendimento a essas situações, pois além de oferecer suporte emocional, requer capacitação contínua para lidar com as intensas emoções geradas pelo contato com esses casos. No

entanto, a falta de preparo e de apoio psicológico para os/as profissionais pode dificultar a construção de vínculos empáticos e comprometer o cuidado adequado. Essa realidade enfatiza a necessidade de investimentos em capacitação permanente dos/as profissionais que atuam nos órgãos de proteção, de modo que possam responder com sensibilidade e competência às necessidades desse público, posto que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional é um princípio ético fundamental da/o assistente social em seu exercício profissional previsto no Código de Ética. Ademais, faz-se essencial para promover mudanças e garantias de direitos na vida dessas crianças e adolescentes, fortalecendo acesso a um atendimento digno e humanizado.

Por essa razão, é fundamental que o poder público e as instituições envolvidas no atendimento se comprometam com a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, de modo a romper o ciclo da violência.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL, CHILDHOOD. **Guia de Referência Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual**. 4ª Edição, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/g97W>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019- FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

DA CONCEIÇÃO, Marimeire Moraes et al. Sentimentos expressos por profissionais no atendimento a vítimas de violência sexual infantojuvenil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 32, p. e4252-e4252, 2024.

DE PAULA FALEIROS, Vicente. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. **Serviço Social e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 65-82, 2003.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/hdWP>. Acesso em: 16 out. 2023.

LOPES, Fabíula et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 3, p. e535044-e535044, 2024.